

EDUCAÇÃO NO BRASIL: O REFLEXO DO PASSADO NO CENÁRIO HODIERNO

Angelo Renaldo Santos GONÇALVES¹

Resumo

A atual conjuntura da educação brasileira é um reflexo de longos processos políticos e, propriamente, de estruturação do país desde a colonização. Por este motivo, o intuito deste trabalho é verificar a relevância das políticas educacionais aplicadas no Brasil desde a era colonial. Para tanto, fez-se necessário uma pesquisa de cunho biográfico baseada em correntes teóricas a respeito das origens da estrutura educacional do país como, por exemplo, Oliveira (2004), Araújo (2011), entre outros. O hodierno cenário da educação nacional é consequência de processos ligados intrinsecamente a sua história de formação como nação, por conta disso, de fundamental importância para entender os aspectos atuais da estrutura educacional no Brasil.

Palavras-chave: Educação. Políticas públicas. Brasil. História.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A educação brasileira não possui um caráter nacional, no sentido de possuir um sistema educacional próprio, pois, provavelmente, o processo de formação estava arraigado a outro país, pelo fato de ter sido colônia. Desta forma, não possibilitando a “ressonância” com outros países que já no século XIX, segundo Araujo (2011), compreendiam ser de responsabilidade do Estado organizar e gerir um sistema educacional através de políticas educacionais ligadas as suas configurações nacionais. Também, possivelmente, por vivenciar revoluções –industrial, democrática e educacional- nas suas sociedades.

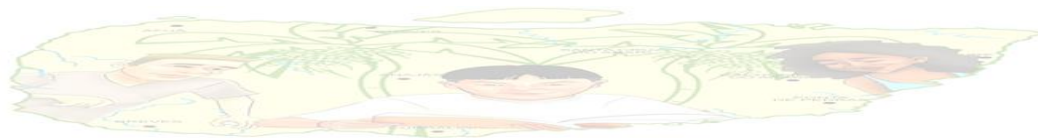
Por este motivo, o intuito deste trabalho é verificar a relevância das políticas educacionais aplicadas no Brasil desde a era colonial. Para tanto, fez-se necessário uma pesquisa de cunho biográfico baseada em correntes teóricas a respeito das origens da estrutura educacional do país como, por exemplo, Oliveira (2004), Araujo (2011), entre outros.

Para melhor entendimento, este trabalho esta dividido em quatro partes. A saber: na primeira é feita a contextualização do processo de “consolidação” da educação desde a era colonial até a instalação da república. Posteriormente, são analisados alguns aspectos do atual cenário da educação, comparando-os com diferentes momentos da história nacional. Por fim, a conclusão acerca das discussões apresentadas neste trabalho.

2. DA COLÔNIA A REPÚBLICA: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO PERCURSO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

¹ Graduando do curso de Letras na Universidade Federal do Pará.

GONÇALVES, Angelo Renaldo Santos. Educação no Brasil: o reflexo do passado no cenário hodierno. In: IV ANAIS do Colóquio de Letras, Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó – Breves, 1, 2 e 3 de fev. de 2018. ISSN: 2358-1131



2.1. Colônia

Os movimentos voltados para a educação no Brasil iniciaram com as intervenções dos jesuítas da Companhia de Jesus², ou seja, segundo Oliveira (2004), com a “herança cultural ibérica através da Igreja Católica com a chegada da Ordem dos Jesuítas em 1549” houve o primeiro ensaio de um padrão de estrutura educacional, tanto na área de distribuição quanto de execução.

Neste sentido, os jesuítas possuíam vasta formação para atuar na docência, uma preparação de mais ou menos sete anos. Além disso, com a catequização, na qual era realizada tanto para índios quanto para os descendentes de portugueses no mesmo ambiente, se iniciou o entendimento do índio como “gente” para os colonizadores. (ALBUQUERQUE, 1993 apud OLIVEIRA, 2004, p. 946).

Porém, após dois séculos de vigência, o sistema de ensino dos Jesuítas foi “encerrado” por conta das reformas estabelecidas pelo Marques de Pombal. Discutiremos a respeito do Brasil império no tópico seguinte.

2.2. Império

De acordo com Neto e Maciel (2008), o ensino ministrado pelos jesuítas era escolástico, ou seja, arraigado a princípios cristãos e com intuito, também, de catequizar. Por conta disso, durante a reforma pombalina³ foram expulsos do Brasil, juntamente com a única forma de estrutura educacional, até então, no país, pois, a metrópole não se preocupava em fornecer mecanismos que pudessem estruturar o ensino na colônia.

Diante disso, a responsabilidade do ensino ficou a cargo do Estado e foram iniciadas as primeiras tentativas, de várias posteriormente fracassadas, de consolidar a educação no país. Vale ressaltar que “da expulsão até as primeiras providências para substituição dos educadores jesuítas decorreram 13 anos.” (OLIVEIRA, 2004, p. 947) A saber:

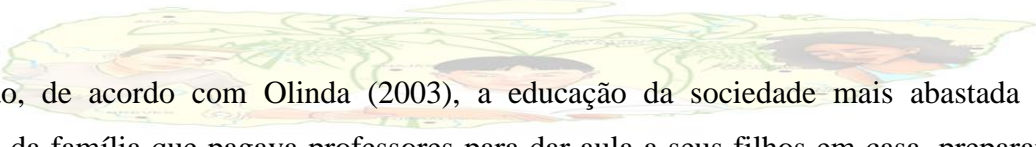
Primeiramente, período do iluminismo, o que se buscava com a reforma pombalina era tornar o ensino cada vez mais voltado para a razão, ou seja, tentava-se fazer da educação um método arraigado as praticas científicas.

“No Brasil imperial, como na Turquia de Ataturk, a educação era a marca distintiva da elite política. Havia um verdadeiro abismo entre essa elite e o grosso da população em termos educacionais”. (CARVALHO, 1980 apud OLIVEIRA, 2004, p. 949).

² Investida da igreja católica para disseminar seus ideais cristãos.

³ Movimento que buscou a aproximação dos princípios científicos com o ensino prático.

GONÇALVES, Angelo Renaldo Santos. Educação no Brasil: o reflexo do passado no cenário hodierno. In: IV ANAIS do Colóquio de Letras, Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó – Breves, 1, 2 e 3 de fev. de 2018. ISSN: 2358-1131



Até então, de acordo com Olinda (2003), a educação da sociedade mais abastada era de incumbência da família que pagava professores para dar aula a seus filhos em casa, preparando-os para ingressar no ensino superior em Coimbra, por exemplo. Só a partir do século XX a educação como conhecemos, popularizada, assegurada pelo Estado e direito de todos os cidadãos passou a existir, isso por conta da expulsão dos jesuítas das terras brasileiras e com o início da reforma pombalina. (OLINDA, 2003, p. 154).

Com a expulsão dos Jesuítas e a educação passando a ser dever do Estado surgiu o ensino régio. Esta forma de ensino mostrou-se ineficaz, pois, caso houvesse o interesse de estudar era necessário deslocar-se para uma província onde residisse um professor régio. Mesmo que a família pudesse custear essas despesas, os docentes se mostraram incapazes de acompanhar a modernidade da iniciativa pombalina. (OLIVEIRA, 2004, p.947)

Fez-se necessário, portanto, de acordo com Olinda (2003), uma mudança no cenário cultural do país, que só ocorreu com a vinda da família real e da corte em 1808. Posteriormente, surgiu o ensino superior em solo brasileiro com a implantação de cursos voltados para a formação de profissionais necessários para a manutenção da família real nos país como, por exemplo, médicos, engenheiros, etc.

Somente em 1834, com o Ato Adicional do Imperador, surgiram as primeiras políticas voltadas para a distribuição da responsabilidade administrativa, ou seja:

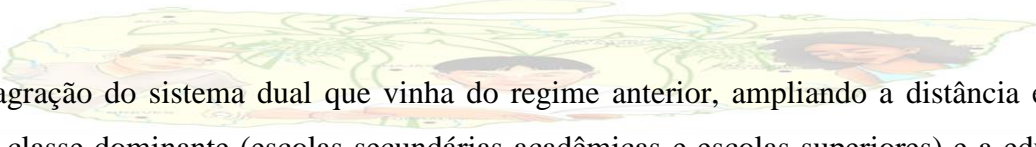
Ao poder central ficou reservado o direito de promover e regulamentar a educação no Rio de Janeiro e a educação de nível superior, em todo o Império. Às Províncias foi delegada a incumbência de regulamentar e promover a educação primária e média em suas próprias jurisdições (ROMANELLI, 1999 apud OLIVEIRA, 2004, p. 948).

Neste sentido, “o ensino primário foi relegado ao abandono, sobrevivendo pelo sacrifício de alguns mestres-escolas, que destituídos de habilitação profissional, só encontravam emprego na educação.” (OLIVEIRA, 2004, p. 948).

Desse modo, a educação popular enfrenta, como sempre, um descaso por parte de quem deveria oferta-la. Pois, é investido na educação de nível superior, porém, para aqueles que tiveram a oportunidade de estudar em casa, com professores particulares; tendo em vista que a grande maioria da população não recebeu educação básica para, quem sabe, tentar a graduação.

2.3. República

Nos âmbitos da transição republicana, com o advindo da primeira constituição em 1981, a União tornou-se responsável por criar escolas de nível superior e secundarias nos estados. Assim como, para os estados incumbiu-se a tarefa de gerir as escolas primarias e o ensino profissional.



“Era a consagração do sistema dual que vinha do regime anterior, ampliando a distância entre a educação da classe dominante (escolas secundárias acadêmicas e escolas superiores) e a educação do povo (escola primária e escola profissional).” (OLIVEIRA, 2004, p. 949).

Neste sentido, é notável a insistência do governo em dualizar o ensino formando parte da população, a menos abastada, para trabalhar como mão de obra primária e uma pequena porcentagem, economicamente com melhores condições, para ingressar em um ensino propedêutico, no qual terão a possibilidade de tornarem-se doutores, por exemplo, mas acima disso, de receber mais instrução, conseqüentemente, uma consciência tanto política quanto social mais elevada.

Sobre as políticas educacionais, posteriormente, houveram tentativas de reformas do sistema educacional brasileiro neste período, porém, em sua maioria, fracassadas, seja por motivos de falta de incentivo ou por ausência de estrutura. Mas, evidentemente, não se pode deixar de ressaltar as suas importantes contribuições para moldar o futuro cenário da educação no país. A saber.

Diante disso, segundo Oliveira (2004), Benjamin Constant iniciou as tentativas de reformas, apesar ter obtido sucesso seus objetivos aproximam-se do que possuímos e consideramos importante atualmente: a substituição do currículo acadêmico por um currículo enciclopédico (com a inclusão de disciplinas científicas); o ensino seriado; maior organicidade do sistema em todos os níveis de ensino; e, por fim, a criação do Pedagogium, centro de aperfeiçoamento do magistério.

Posteriormente, a autonomia e liberdade alcançada através da lei orgânica de Rivadávia Corrêa; a regulamentação do o ingresso nas escolas superiores; e a ultima das tentativas de reforma neste período, a reforma Rocha Vaz, na qual se tentou um acordo entre União e estados para a ampliação do ensino primário. (OLIVEIRA, 2004, p. 950). Todas estas tentativas de mudança ou implantação de uma ideia que reformulava parâmetros da educação vigentes, até então, foram falhas.

Para tentar solucionar a desorganização do sistema de ensino no país, ou pelo menos estabelecer metas para tal, foi desenvolvido o manifesto dos pioneiros⁴, em 1939. Tais idealizadores articularam diversas metas/condições para estruturar a educação e todo território nacional, dava início a abertura, mesmo que parcial, das escolas no Brasil; tornando-as acessíveis a todos.

⁴ “Esta corrente tinha como ideal um sistema de ensino em que educação popular de massas e formação especializada apareciam como complementares, sendo, portanto, um mecanismo eficiente e não autocrático de recrutamento dos mais capazes indivíduos de todas as camadas sociais.”(OLIVEIRA, 2004, p. 951)

GONÇALVES, Angelo Renaldo Santos. Educação no Brasil: o reflexo do passado no cenário hodierno. In: IV ANAIS do Colóquio de Letras, Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó – Breves, 1, 2 e 3 de fev. de 2018. ISSN: **2358-1131**

3. O “NOVO” ENSINO NO BRASIL

Nesse sentido, atualmente, as políticas educacionais, ou os ensaios para tais, implantadas em solo brasileiro, desde o período colonial, são de suma importância para compreender o hodierno cenário da educação nacional. Desta forma, Dias (2016) pontua algumas características da estrutura educacional do país. A saber: “Ainda há muita gente longe da sala de aula; professores não tem formação adequada; aprender a ler e escrever ainda é um desafio; compreensão de textos simples ainda é dificuldade; a desigualdade do país se reflete na educação; o Brasil tem aumentado seus gastos com educação, mas precisa ser de eficiência; dados se refletem no baixo desempenho.”

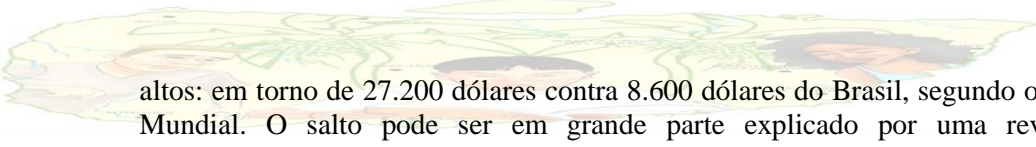
Nesta perspectiva, de acordo com Olinda (2003), buscando entender o presente, somente nos anos de 1990 a educação passa a ter seu acesso estimulado de forma geral. Desse modo, segundo Dias (2016), “ainda há muita gente longe da sala de aula”, pois os mecanismos de consolidação de um ensino homogêneo ainda são, relativamente, novos, se comparados aos anos de existência do Brasil.

As massas foram impactadas pelas reformas políticas e, consequentemente educacionais, entretanto, percebe-se uma dificuldade em gerenciar as ferramentas de ensino. Pois, “o Brasil tem aumentado seus gastos com educação, mas precisa ser de eficiência.” (DIAS, 2004, [s.p]). Deixemos de lado a corrupção, fator de muita relevância para explicar o mau uso do financiamento nacional, pois não é o nosso foco aqui. Atearemos-nos a falta de incentivo ao desenvolvimento/ampliação da máquina de ensino do país, porque as “instituições federais de ensino começaram o ano com orçamento menor que o de 2016 e, em março, essa verba sofreu corte de 15% nos gastos de funcionamento e de 40% nas despesas com obras”.⁵ Ou seja, quando a situação financeira do Estado se encontra em situação “alarmante” os primeiros cortes, pelo menos os maiores, são realizados nas áreas da educação. Sendo assim, percebe-se com isso a ineficiência/fragilidade do governo em efetivar os investimentos de forma contínua, para quem sabe, resolver a crise econômica, por exemplo.

Porém, essa realidade não é apenas atual, de acordo com Oliveira (2004), até meados de 1925 as maiores, se não únicas, aplicações eram voltadas para o ensino superior, por conta disso a escola básica foi deixada de lado por muito tempo; o país ainda deixa de incentivar o auxílio ao nível básico de ensino, perdendo espaço para outros países como, por exemplo, a Coreia do Sul, como mostra Basso (2016):

Até 35 anos atrás, os sul-coreanos eram mais pobres do que os brasileiros. O PIB (Produto Interno Bruto) per capital do país asiático era inferior ao do Brasil. Hoje, não há comparação possível e os números da Coreia do Sul são três vezes mais

⁵ GI, 2017, [s.p] In: **Veja o impacto do corte de verbas em universidades e institutos federais de 14 estados.**



altos: em torno de 27.200 dólares contra 8.600 dólares do Brasil, segundo o Banco Mundial. O salto pode ser em grande parte explicado por uma revolução educacional iniciada décadas antes. E a principal razão é clara: diferentemente do governo brasileiro, a prioridade no país asiático são investimentos em educação básica. (BASSO, 2016, [s.p])

Outros aspectos relevantes expostos por Dias (2016) são: a formação não adequada dos professores e o baixo desempenho. Com relação ao primeiro, o cenário atual assemelha-se ao do período imperial, especificamente, após a reforma pombalina; os professores incumbidos de ensinar, chamados de professores régios, baseados na nova perspectiva que se apresentava de ensino, não davam conta de suprir as necessidades impostas por esse novo regime, muito provavelmente, por sua falta de preparo para exercer a docência.

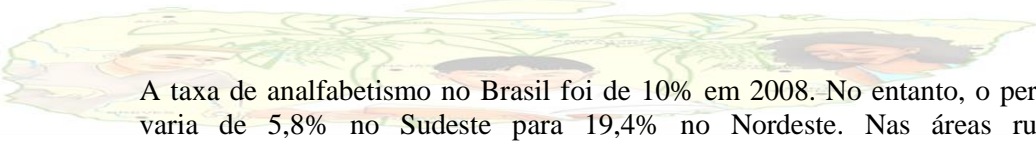
Atualmente, nas salas de aula professores que lecionam apenas com o “notório saber”, ou seja, que são desprovidos de conhecimento amplo que lhes possibilite intervir no desenvolvimento educacional dos alunos de forma eficaz e efetiva. Por isso, se faz necessária à implantação de programas como o PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores), no intuito de adequar a formação os docentes à LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Sobre o desempenho, foram implantadas políticas que pudessem medir as condições do ensino no país com objetivo de compreender onde se faz necessário maiores investimentos, por exemplo. Um desses medidores é o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), que na sua última edição, 2016, apresentou índices corroboram com o hodierno cenário da educação: “ao todo, 291.806 redações foram anuladas ou receberam nota zero.” (MEC, 2017, [s.p]). Deste modo, é evidente que a educação no país necessita de olhares mais atentos.

Outro dado importante apresentado por Dias (2016) é que “a desigualdade no país se reflete na educação”. Desse modo, compreende-se com isso uma característica muito presente nas estruturas de ensino brasileiras desde suas primeiras tentativas, no período colonial, até sua “consolidação” durante o século XX da república, a distinção das classes através do ensino.

Durante o período imperial, com a implantação das primeiras universidades no Brasil, os indivíduos com poder aquisitivo maior possuíam a possibilidade de receber maiores instruções com relação à formação educacional, mesmo após o Estado passar a gerenciar a distribuição do ensino. Deste modo, as classes menos favorecidas eram desprovidas da oportunidade de ingressar em um ensino propedêutico buscando adentrar no nível superior. Ou seja, as universidades foram construídas apenas para as classes economicamente maiores, deixando uma lacuna na forma da grande maioria da população nacional.

Tais características ainda são muito presentes nos dias atuais, pois:



A taxa de analfabetismo no Brasil foi de 10% em 2008. No entanto, o percentual varia de 5,8% no Sudeste para 19,4% no Nordeste. Nas áreas rurais, o analfabetismo chega a 23,5% contra 4,3% nas regiões urbanas. A taxa entre os negros é de 13,6%, mais do que o dobro do percentual identificado entre a população branca. A camada da população com mais de 40 anos tem um índice de analfabetismo de 16,9%. Para o diretor de estudos sociais do Ipea, Jorge Abrahão, o analfabetismo no Brasil tem endereço. (OSWALD, 2011, [s.p])

Por conta disso, há uma enorme disparidade no ensino do país, necessitando, portanto, de políticas mais efetivas para preencher essas lacunas que ainda persistem no sistema educacional brasileiro. Apesar de muito ter sido feito a partir de 1934, principalmente:

O sistema normativo brasileiro inscreveu a educação como direito e que os avanços dessa inscrição foram notáveis tanto em relação à forma quanto em relação ao conteúdo. Também é inegável que o Brasil acompanhou a tendência mundial pela demanda por educação a partir da década de 1940 com processo significativo de expansão das oportunidades de escolarização (HOBBSAWN, 1995 apud ARAUJO, 2011, p. 289).

Ainda há um longo caminho a ser percorrido para a atual conjuntura educacional ser homogênea e, propriamente, nacional. Percurso esse que é visivelmente demonstrada em políticas educacionais como a LDB, o PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação), SAEBE (Sistema de Avaliação da Educação Básica), Prova Brasil, ENEM, etc.

4. CONCLUSÃO

Durante toda a história nacional da educação houve discrepância de ideias que contemplassem as de países que, atualmente, conhecemos como desenvolvidos, principalmente, na área educacional. O ensino foi, primordialmente, concebido de “cima para baixo”, ou seja, acessível, a priori, para as elites e, posteriormente, para as camadas menos abastadas economicamente.

Neste sentido, o atual cenário da estrutura educacional o Brasil é reflexo de políticas educacionais, ou tentativas, implantadas ao longo de sua história. São de suma importância para os atuais parâmetros que estabelecem a educação no país.

Nesta perspectiva, portanto, é notável o desenvolvimento do Brasil com relação a educação, mas ainda há muito a ser feito para alcançar potenciais como o Estados Unidos; assim como, é necessário a expansão, cada vez maior, das estruturas de ensino no país. Para que, quem sabe, criemos uma sociedade mais igualitária, com maior equidade, na qual habitem cidadãos que não se deixem conduzir por políticas retrogradadas com novos rótulos.

5. REFERÊNCIAS

ARAUJO, Gilda Cardoso de. **Estado, política educacional e direito à educação no Brasil**: “O problema maior é o de estudar”. In: *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 279-292, jan./abr. 2011. Editora UFPR.

BASSO, Murilo. **Coreia do Sul deu salto ao priorizar ensino básico – ao contrário do Brasil**. In: *Gazeta do povo*, 2017. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/coreia-do-sul-deu-salto-ao-priorizar-ensino-basico--ao-contrario-do-brasil-0t7zs2apxhtbspap3kdhdvii> Acessado em: 02 de novembro de 2017.

DIAS, Tatiana. **7 DADOS QUE MOSTRAM COMO ESTÁ A EDUCAÇÃO BRASILEIRA HOJE**. In: *Nexo Jornal*, 2016. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2016/04/04/7-dados-que-mostramcomo-est%C3%A1-a-educ%C3%A7%C3%A3o-brasileira-hoje> Acesso em: 02 de novembro de 2017.

_____. **Veja o impacto do corte de verbas em universidades e institutos federais de 14 estados**. In: *G1*, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/veja-o-impacto-do-corte-de-verbas-em-universidades-e-institutos-federais-de-14-estados.ghtml> Acessado em: 02 de novembro de 2017.

MEC, ministério da educação. **Enem: 77 candidatos tiraram nota máxima na redação**. In: *Portal Brasil*, 2017. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2017/01/enem-77-candidatos-tiraram-nota-maxima-na-redacao> Acessado em: 02 de novembro de 2017.

NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete. **O ensino jesuítico no período colonial brasileiro**: algumas discussões. In: *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 31, p. 169-189, 2008. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a11>. Acessado em: 02 de novembro de 2017.

OLINDA, Silvia Rita Magalhães de. **A educação no Brasil no período colonial**: um olhar sobre as origens para compreender o futuro. In: *Sitientibus*, Feira de Santana, n. 29, p. 153 – 162, jul./ dez. 2003. Disponível em: http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/29/a_educacao_no_brasil_no_periodo_colonial.pdf Acessado em: 02 de novembro de 2017.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. **As Origens da Educação no Brasil Da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino**. In: *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v.12, n.45, p. 945-958, out./dez. 2004.

OSVALD, Vivian. **Sistema educacional reflete a desigualdade do país, diz estudo do Ipea**. In: *O Globo*, 2011. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/sistema-educacional-reflete-desigualdade-do-pais-diz-estudo-do-ipea-3162930> Acessado em: 02 de novembro de 2017.

GONÇALVES, Angelo Renaldo Santos. **Educação no Brasil: o reflexo do passado no cenário hodierno**. In: *IV ANAIS do Colóquio de Letras*, Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó – Breves, 1, 2 e 3 de fev. de 2018. ISSN: 2358-1131